

TIC, privatização da educação e proletarização do trabalho docente

Priscila Semzezem¹ Neide de Almeida Lança Galvão Favaro²

Resumo

Contexto: A tecnologia tem determinado a vida em sociedade, com maior intensidade desde a pandemia da Covid-2019, o que gerou impactos nas relações de trabalho docente que necessitam ser desvelados. **Objetivo:** Neste estudo, o intuito é problematizar a presença das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na educação e seus rebatimentos nas relações de trabalho docente, tendo em vista os fundamentos da lógica do capital. **Justificativa:** A tecnologia adentrou significativamente nos espaços escolares, inclusive com o aumento de investimentos em *softwares* e plataformas digitais de ensino. Mediante suas implicações no trabalho docente, há a necessidade do entendimento desse processo para além da aparência, buscando o desvelamento de suas intencionalidades. **Metodologia:** Para proceder à análise foi adotada a pesquisa bibliográfica, amparada no referencial do materialismo histórico. **Resultados:** Aparentemente, as tecnologias são ferramentas que têm potencial contribuir no desenvolvimento de atividades, na formação e nas condições de trabalho. Entretanto, efeitos contrários são identificados, com sérias implicações na educação. Para além de seus desdobramentos nos processos de trabalho, a incorporação das TIC atende ao imperativo de produzir mais-valor e contribuir para o processo de redução do valor da força de trabalho e de proletarização docente afetando as relações de trabalho mediante a privatização da educação. **Reflexões Gerais:** A categoria trabalho produtivo de capital adensa o escopo analítico ao revelar os rebatimentos das TIC na proletarização docente. A educação, convertida em mercadoria, permite que o trabalho docente produza mais-valor no setor educacional. **Prospectiva:** A incorporação das TIC afeta também as relações de trabalho docente improdutivas de capital, como as vinculadas ao Estado, o que demanda análises que fogem ao escopo deste estudo. A fecundidade do referencial utilizado sinaliza para novas pesquisas, que desvelem a funcionalidade das TIC nas distintas relações de trabalho, à luz das determinações capitalistas.

Palavras-chave: Produção Capitalista, TIC, Trabalho Docente, Proletarização, Privatização.

ICT, privatization of education and proletarianization of teaching work

Abstract

Context: Technology has shaped life in society, with greater intensity since the Covid-19 pandemic, generating impacts on teaching work relationships that need to be explored. **Objective:** This study aims to problematize the presence of information and communication technologies (ICTs) in education and their impact on teachers' work relationships, considering the fundamentals of the logic of capital. **Justification:** Technology has significantly permeated school environments, including increased investments in software and digital learning platforms. Given its implications for teaching work, there is a need to understand this process beyond its appearance, seeking to unveil its intentions. **Methodology:** To carry out the analysis, bibliographic research was adopted, supported by the framework of historical materialism. **Findings:** Apparently, technologies are tools that have the potential to contribute to the development of activities, education, and working conditions. However, Adverse effects have been identified, with serious implications for education. Beyond its implications for work processes, incorporating ICTs serves the imperative of producing surplus value and contributes to the process of reducing the value of labor and proletarianizing teachers, affecting labor relations through the privatization of education. **General Reflections:** The category of productive capital labor broadens the analytical scope by revealing the repercussions of ICT on the proletarianization of teachers. Education, when commodified, allows teaching work to generate surplus value in the education sector. **Prospective:** ICT incorporation also affects unproductive labor relations for teachers, such as those linked to the State, which de-

¹ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Mandaguaiçu, Paraná. Brasil. E-mail: priscilasemzezem@hotmail.com

² da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná. Brasil. E-mail: neidegafa@hotmail.com

mands analyses that are beyond the scope of this study. The richness of the framework used points to new research that will reveal the functionality of ICTs in different labor relations, considering capitalist determinants.

Keywords: Capitalist Production, ICT, Teaching Work, Proletarianization, Privatization.

TIC, privatización de la educación y proletarización del trabajo docente

Resumen

Contexto: La tecnología ha transformado la vida en sociedad, con mayor intensidad desde la pandemia de Covid-19, generando repercusiones en las relaciones laborales en la docencia que deben ser analizadas. **Objetivo:** Este estudio pretende problematizar la presencia de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en la educación y sus repercusiones en las relaciones laborales de los docentes, considerando los fundamentos de la lógica del capital. **Justificación:** La tecnología ha irrumpido de forma significativa en los entornos escolares, incluyendo un aumento de las inversiones en software y plataformas de enseñanza digital. Delante de las implicaciones para la labor docente, es necesario comprender este proceso más allá de su apariencia, tratando de desvelar sus intenciones. **Metodología:** Para llevar a cabo el análisis, se adoptó una investigación bibliográfica, apoyada en el marco del materialismo histórico. **Hallazgos:** Aparentemente, las tecnologías son herramientas que tienen el potencial de contribuir al desarrollo de actividades, formación y condiciones laborales. Sin embargo, se han identificado efectos adversos, con graves implicaciones para la educación. Más allá de sus implicaciones para los procesos de trabajo, la incorporación de las TIC responde al imperativo de producir plusvalía y contribuye al proceso de reducción del valor del trabajo y proletarización de los docentes, afectando las relaciones laborales a través de la privatización de la educación. **Reflexiones generales:** La categoría de trabajo de capital productivo amplía el alcance analítico al revelar las repercusiones de las TIC en la proletarización del profesorado. Cuando la educación se mercantiliza, permite que el trabajo docente genere plusvalía en el sector educativo. **Prospectivas:** La incorporación de las TIC también afecta a las relaciones laborales improductivas de los docentes, como las vinculadas al Estado, lo que exige análisis que escapen al alcance de este estudio. La fecundidad del marco utilizado apunta a nuevas investigaciones que revelan la funcionalidad de las TIC en diferentes relaciones laborales, a la luz de los determinantes capitalistas.

Palabras clave: Produção Capitalista, TIC, Trabalho Docente, Proletarização, Privatização.

1. INTRODUÇÃO

No momento atual o uso da tecnologia tem atravessado a sociabilidade nas mais diversas formas, seja nas relações pessoais e interpessoais, na contribuição para a ciência, como também na produção da vida de uma forma geral. Esse processo requer análises profundas de seus resultados, tanto no que se refere aos avanços obtidos como também às suas consequências nefastas.

O trabalho tem sofrido repercussões da presença das tecnologias, tendo seu uso intensificado a partir da pandemia Covid-19. Nesse sentido, impõe-se a tarefa de desvelar as determinações presentes, para pesquisadores/as e sociedade, pois isso implica em alterações nos processos de trabalho e na vida de trabalhadores/as, desembocando no incremento da exploração, precarização e adoecimento laboral.

Perante essa conjuntura, considera-se essa temática como um dos desafios postos também ao trabalho docente na atualidade, o que requer analisar o desenvolvimento desse processo, considerando o trabalho atrelado ao uso das TIC. Para além da compreensão de

seus efeitos, outro desafio se impõe: o de compreender suas causas e contradições mediante a relação social determinante.

Com a intenção de contribuir nessa tarefa, este estudo visa problematizar a presença das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no trabalho docente a partir de seus fundamentos sob a lógica do capital. Espera-se que a análise auxilie nos esforços de desvelar os determinantes das atuais condições de trabalho, em especial, o que envolve a relação de trabalho estabelecida pelos/as profissionais da educação.

O materialismo histórico sustenta esse percurso e o arcabouço categorial marxiano mostra-se revelador ao fundamentar uma discussão que ultrapassa a aparência dos fenômenos, permitindo atingir a sua essência. Tal como destacam Lima e Miotto (2007, p. 40): “Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão”.

O estudo é produto de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lima e Miotto (2007, p. 44), “[...] é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos”.

Para alcançar o objetivo proposto, a apresentação dos resultados está organizada em três momentos: o primeiro trata dos fundamentos do capital e o trabalho docente, o segundo apresenta a relação entre o trabalho docente e as TIC e, por fim, é abordada a determinação capitalista em relação ao desenvolvimento das forças produtivas e das TIC.

2. OS FUNDAMENTOS DO CAPITAL E O TRABALHO DOCENTE

É fato que o desenvolvimento das forças produtivas, especificamente resultante de pesquisas e tecnologias, vai transformando os processos de trabalhos, não ficando imune o trabalho docente. Sendo assim, a utilização das TIC relacionada ao desenvolvimento do trabalho desses/as profissionais vem sendo uma temática abordada por diversos estudos, tendo em vista que seu uso foi aprofundado por conta do contexto da pandemia Covid 19, momento em que a tecnologia foi uma grande aliada.

Os posicionamentos quanto a seu emprego levam em conta vários fatores. Autores como Leite e Ribeiro (2012, p. 175) advogam que as TIC se constituem em uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem, a depender de como são apropriadas. “A inserção das TICs na educação pode ser uma importante ferramenta para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Essas tecnologias podem gerar resultados positivos ou negativos, dependendo de como elas sejam utilizadas” (Leite; Ribeiro, 2012, p. 175).

Levando em conta o contexto atual, Barreto (2004, p.1189) desvela o lado perverso dessa prática, ao denunciar que as TIC na política educacional são acionadas como estratégia para atendimento aos interesses econômicos. Ela aponta assim algumas das suas consequências para o trabalho docente, como a de substituição da própria força de trabalho humana:

[...] quanto maior a presença da tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano. Em outras palavras, prevê cada vez menos professores e mais alunos, sob a alegação de que o desempenho dos últimos depende menos da formação dos primeiros e mais dos materiais utilizados.

Barbosa e Alves (2023), por sua vez, problematizam o uso das TIC através de uma pesquisa realizada no estado do Paraná, a partir da Reforma do Ensino Médio de 2017, denunciando o uso de dinheiro público voltado aos interesses privados. “Com contratos milionários, o estado tem investido massivamente em recursos e plataformas digitais” (Barbosa & Alves, 2023, p. 22).

As autoras também destacam as consequências nocivas ao processo de trabalho docente em decorrência do uso das TIC no Paraná, já que sua intencionalidade tem como o foco o controle do trabalho. O que se constata é a

[...] plataformação a serviço da padronização e fortalecimento de intervenções de natureza avaliativa e gestão por resultados, que acarreta na desqualificação e precarização do trabalho docente bem como no esvaziamento científico e pedagógico dos processos formativos. Com efeito, a implementação da Reforma e o uso das plataformas digitais sinalizam para um cenário de intensificação e de maior controle sobre o trabalho docente e sobre os currículos, em que as tecnologias têm adquirido papel de vigilância (Barbosa & Alves, 2023, p. 22).

Destaca-se também o processo de assédio impetrado aos docentes em relação ao uso das plataformas digitais. Um estudo de Bacarin (2025), no estado de São Paulo, denuncia que diretores sofrem pressão para punir docentes que contestam o uso das plataformas digitais. A autora também destaca que no Estado do Paraná, uma docente foi demitida em virtude de uma postagem contrária às plataformas em redes sociais. O cenário é complexo e catastrófico, já que o resultado tem sido a porcentagem alarmante de adoecimentos em trabalho.

Parte-se do pressuposto de que essas análises constituem contribuições expressivas para a denúncia do movimento do real em curso, porém, como o intuito desta pesquisa é contribuir para o avanço do conhecimento nesse campo de estudos, a proposta adotada segue outro caminho. Concebe-se que também é tarefa urgente e necessária ultrapassar a compreensão das mudanças causadas pelas TIC em relação ao desenvolvimento do processo de trabalho, a fim de analisar seus rebatimentos nas relações de trabalho que são estabelecidas.

Com base na linha teórico-metodológica deste estudo, é importante explicitar que as implicações sobre o trabalho docente não estão relacionadas exclusivamente às TIC, pois o tratamento a ser dado em relação a elas não está amparado no argumento de ser favorável ou não à sua utilização. Compreende-se que a tecnologia tem potencialidades para o desenvolvimento humano, sendo que as consequências prejudiciais de sua adoção advêm das relações de produção estabelecidas, que a determinam em última instância.

Nesse sentido, não se trata de negá-las, mas de problematizar as causas da precarização do trabalho relacionadas à sua apropriação. Considerando essas questões preliminares, apresentam-se alguns elementos chave em relação à determinação capitalista sobre o trabalho docente, para então analisar a categoria trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas sob a ótica do capital. O intuito é contribuir para a compreensão de como o modo de produção capitalista se apropria das TIC, pois aí se situa a raiz dos problemas existentes. Investigar a fundo as relações sociais constituídas e as formas de exploração do trabalho constituem, por conseguinte, tarefa imperativa e urgente.

Um primeiro elemento importante a destacar é que a relação social do capital é historicamente determinada, ou seja, ela é produto de condições materiais que deram origem a seu surgimento e desenvolvimento. Essa relação possui assim características próprias e específicas de funcionamento, reprodução e desenvolvimento.

Em se tratando da análise do trabalho, vários são os caminhos possíveis, entretanto, neste estudo a proposta é apreender os fundamentos da relação estabelecida. Corroboramos com Tumolo e Fontana (2008), além de Saes (2023) ao afirmar que a elucidação da categoria trabalho sob a determinação capitalista requer estabelecer um percurso, ou seja, trata-se do entendimento de determinados conceitos e categorias. Dentre eles salienta-se o trabalho em geral, a distinção entre processos simples de trabalho e processo de produção capitalista, a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato, além da apreensão da categoria trabalho produtivo de capital.

A categoria trabalho pode ser considerada de forma genérica, tal como Marx (2017) aborda ao relacioná-la à atividade que o homem realiza para transformar a natureza à sua volta e, conseqüentemente e simultaneamente, a si mesmo. O objetivo é atender a necessidades básicas da vida cotidiana, para o que o homem usufrui de sua capacidade teleológica.

Partindo desse pressuposto é possível compreender que o trabalho é primordial para alcançar o objetivo de suprir necessidades de existência, independente da forma de relação social que os homens constituem no porvir de sua história. Destaca-se, porém, que essa concepção não desvela a determinação capitalista sobre o trabalho, já que se faz presente em qualquer relação social. Avanços na compreensão da categoria trabalho, portanto, são imprescindíveis para compreender a condição atual da classe trabalhadora.

Sobre o trabalho docente atual, em específico, inicialmente é necessário compreender que ele é determinado pelo modo de produção capitalista, ou seja, a força de trabalho é uma mercadoria e esses/as profissionais, na maioria das vezes, trocam a sua força de trabalho pelo salário. Nesse sentido, o que é a mercadoria força de trabalho na sociedade capitalista?

Marx (2017), em seu estudo expresso na obra *O Capital*, explica que a mercadoria possui um status central na sociabilidade do capital. Não significa que a mercadoria só começa ter existência neste momento histórico, pois ela existiu em outras formas sociais. No capitalismo, todavia, ela é central, por isso o autor parte de sua análise. Em suas palavras, a mercadoria é:

[...] antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objeto é um meio de subsistência, [objeto de consumo], indiretamente, se é um meio de produção (Marx, 2017, p. 113).

É preciso atentar para o fato de que a produção de mercadorias não explica por si só o movimento de produção de capital, pois ele implica complexos processos. Sendo assim, sua compreensão requer situá-la em meio aos interesses do capital, pois,

[...] compreender a sociedade do capital somente como uma sociedade produtora de mercadorias é incorrer no equívoco de restringir a análise ao plano do concreto aparente, impossibilitando, por meio dessa interpretação reducionista, a compreensão da forma mais desenvolvida dessa sociedade, que é o próprio capital. A forma de ser do capital é significativamente mais complexa. A própria mercadoria está presente na forma de ser do capital apenas, e tão somente, como elemento substancial à produção de capital, pois só se produz mercadorias, determinadamente, porque com ela se produz capital (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021, p. 121).

Tendo isso em vista, o entendimento da determinação capitalista sobre o trabalho requer apreender o duplo caráter do trabalho presente na produção de uma mercadoria: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Segundo Marx (2017), o trabalho que produz um valor de uso é caracterizado como um trabalho concreto, que contém em si especificidades próprias para que seja possível atender determinadas demandas. Nesse sentido, o trabalho concreto tem um objetivo específico a ser atingido, por isso serve para realizar uma função determinada. O trabalho concreto diz respeito às características específicas do desenvolvimento de um trabalho, são exemplos o trabalho do/a professor/a, do/a assistente social, do/a marceneiro/a, etc.

A restrição da análise na categoria trabalho concreto inviabiliza a compreensão da relação do capital, por isso é necessário avançar para a categorias trabalho abstrato e valor. Em outras palavras, a discussão no âmbito dos processos de trabalho e de como eles se dão, são insuficientes. Ao adensar a análise, elucida-se o trabalho abstrato que, conforme Marx

(2017), exige considerar todo trabalho, independentemente de sua forma concreta, pois ele é sempre dispêndio de força de trabalho humano, seja ela física, muscular, intelectual etc., que é objetivado na mercadoria.

A apreensão da categoria trabalho abstrato, portanto, exige a abstração e negação do trabalho concreto, que é evidente na aparência. O trabalho abstrato é aquele que se refere a todo e qualquer tipo de trabalho, sem distinção entre um trabalho mais simples e o trabalho mais complexo. “Abstraindo da determina da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um dispêndio de força humana de trabalho” (Marx, 2017, p. 121).

É em decorrência da categoria trabalho abstrato, por conseguinte, que se desvenda a possibilidade da troca das mercadorias de forma equivalente, pois elas necessitam ser igualladas para se trocarem no mercado. Assim, o que determina seu valor, ou seja, a substância do valor, é o trabalho abstrato, sendo ele calculado a partir da média de tempo social de trabalho (abstrato) necessária para a produção da mercadoria.

A determinação do Valor, por sua vez, não é dada pelo trabalho concreto, mas sim pelo trabalho abstrato. Para chegarmos ao trabalho abstrato é necessário abstrairmos do trabalho concreto todas as características que diferenciam as mais diversas atividades laborais, ou seja, devemos anular todas as características específicas dos diferentes tipos de trabalho, para se chegar a sua essência oculta (Pereira, 2023, p. 25).

Isso significa que, para compreender o valor da mercadoria, é indispensável abstrair o conteúdo específico do trabalho, ou seja, o trabalho concreto, e chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato. Pereira (2023, p. 26) salienta o “[...] *conteúdo do Valor*, que é o *trabalho abstrato*, aquele que possibilita que diferentes valores de uso sejam inseridos como equivalentes em uma relação de troca”.

Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 123) também denotam a importância de que as análises em relação ao trabalho sob a determinação capitalista levem em conta suas especificidades: “Na sociedade do capital, a principal determinação não está no trabalho concreto, que se altera constantemente, mas, na relação de igualação decorrente do trabalho humano abstrato substância do valor”.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, situa-se a distinção entre os processos simples de trabalho, que estão relacionados ao trabalho concreto, como o do/a professor/a, assistentes sociais, engenheiros/as, dentre outros; e o processo de produção capitalista. Trata-se de considerar que a análise apenas dos processos simples de trabalho, ou seja, a compreensão do trabalho docente pelas suas características específicas, é limitada e insuficiente para revelar a determinação capitalista.

Isso porque, nessa sociedade, esse processo é subsumido à lógica do capital. “O processo simples de trabalho resulta na produção de valores de uso para satisfação de neces-

sidades humanas, ao passo que o processo de produção capitalista – que pressupõe o processo de trabalho – tem como finalidade a produção de mais-valia e, fundamentalmente, de capital” (Tumolo & Fontana, 2008, p. 165).

Como consequência, a redução da quantidade de trabalho humano abstrato e, consequentemente, a redução do tempo de produção das mercadorias, é prioridade no âmbito dessa sociedade, já que o objetivo é produzir não apenas de valor, mas sim mais-valor (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021). Esse elemento é o ponto de partida para compreender como ocorre a produção de capital e, para isso, é preciso aprofundar o estudo acerca da função que a força de trabalho cumpre nesse processo produtivo.

Na sociedade capitalista, a força de trabalho ganha *status* de mercadoria, inclusive a do/a professor/a, sendo que é o/a trabalhador/a quem possui a força de trabalho a ser vendida. Saes (2023) explica que, no capítulo 4 do Livro I d’*O Capital*, revela-se que o processo de compra e venda da mercadoria força de trabalho é determinado por uma relação em que dois sujeitos se confrontam no mercado, sendo que um é o possuidor de dinheiro e o outro o vendedor de sua mercadoria, a força de trabalho. O possuidor de dinheiro busca no mercado o *trabalhador livre*. Marx descreve as características nem sempre evidentes do trabalhador livre:

[...] livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e solto e carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (Marx, 2017, p. 244).

De acordo com o autor supracitado, a condição de *trabalhador livre* foi necessária para que houvesse a transformação da força de trabalho em mercadoria e, consequentemente, para o surgimento do capital. Após definir como foi possível se originar a relação de compra e venda da força de trabalho, ele descreve como é calculado o valor da mercadoria força de trabalho. “[...] O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, consequentemente, também para reprodução – desse artigo específico” (Marx, 2017, p. 245).

Como todas as mercadorias, seu valor é definido pelo tempo necessário para a produção de sua existência, o que envolve, no mínimo, a produção de seus meios de subsistência. Para adensar a análise, apresenta-se o processo de produção e reprodução da mercadoria força de trabalho, no qual:

[...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho [verwirklicht] só se atualiza por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser resposta [...] A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal devida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, ves-

timenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país (Marx, 2017, p. 245-246).

Entendendo assim a relação estabelecida para a compra e venda da força de trabalho, Saes (2023) especifica, amparada em Marx (2017), que não há como realizar um julgamento de *ordem moral* ou, ainda, presumir que existe injustiça na esfera da troca da mercadoria força de trabalho. Isso porque essa troca se efetiva com respeito à lei do valor, ou seja, é pago o valor social médio devido da mercadoria força de trabalho, através do salário, embora muitas vezes esse valor se reduza ao mínimo.

Nesse momento é relevante salientar que, ao final do capítulo 4, em *O Capital*, Marx (2017) fez uma observação fundamental ao anunciar que, para compreender a sociedade do capital e do trabalho assalariado, é necessário *abandonar* a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, ou seja, a compra e venda da mercadoria força de trabalho. Agora faz-se necessário ir além e adentrar na esfera da produção.

É nela que se desvenda o segredo do processo de produção capitalista. Pereira (2023) salienta, através dos fundamentos expressos na obra marxiana *O Capital*, que a mercadoria força de trabalho é a única que tem a capacidade de gerar valor, já que o trabalho abstrato é a substância do valor, e que isso ocorre no processo de produção, não no mercado em si. Na esfera da circulação ou no mercado, as mercadorias são apenas trocadas por seus valores equivalentes.

Como se produz então o capital? Marx (2017) explica que o segredo não está no trabalho abstrato e nem no valor que ele produz, mas sim no trabalho produtivo de capital, que é responsável pela produção de mais-valor. Saes (2023), a partir da obra marxiana, dá um exemplo fictício de como esse processo ocorre no consumo da força de trabalho, estando aí o segredo da produção de capital. Supondo que o valor diário da força de trabalho adquirida no mercado seja de 6 horas, eis o que ocorre na produção:

[...] o segredo da valorização não está na compra, mas *no consumo* da força de trabalho. Para ocorrer a produção de mais-valor o fato é que o trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12 horas. Sendo assim, o capitalista paga ao trabalhador por 6 horas, no entanto, dadas as condições para o seu consumo, ele não extrai 6 horas, mas 12 horas (Saes, 2023, p. 157, grifos nossos).

Dessa forma, no processo de consumo da mercadoria força de trabalho, o capitalista que comprou a mercadoria força de trabalho por um justo valor consegue incrementá-lo, pois ela produz mais valor do que aquele pelo qual foi comprada, ou seja, ela rende sempre um valor a mais do que aquele que o capitalista pagou por ela. Ele pagou o valor de 6 horas, mas extraiu 12 horas de valor, ou seja, adquiriu 6 horas de mais-valor, que lhe pertencem.

Nas condições descritas, o justo valor pago ao trabalhador no mercado por sua força de trabalho é de 6 horas, mas no consumo dessa mercadoria, ele não produziu apenas por 6 horas, mas sim por 12 horas. [...] as 6 horas excedentes foram obtidas do

consumo da força de trabalho, se constituindo em mais-valor, portanto, em capital (Saes, 2023, p. 157).

Nesse sentido, a produção de capital e mais-valia está relacionada ao processo de produção capitalista, que depende do consumo da mercadoria força de trabalho, desvelando assim como ocorre a produção de capital. O capital é, portanto, uma relação social específica e a sua (re)produção não tem como objetivo produzir valores de uso, nem apenas valores ou só mercadorias, pois, para se efetivar, a sua necessidade é a produção de mais-valor.

É esse trabalho sob a determinação capitalista que se torna produtivo de capital, à medida que produz mais-valor. Sendo assim, é preciso considerar que não é a característica da mercadoria ou do trabalho que o qualifica como produtivo ou improdutivo. O que o configura é a relação de trabalho estabelecida entre contratante e contratado, se o objetivo é ou não a criação de mais-valor.

Como elucida Tavares (2021), todo trabalho produz algo, cria um produto. Partindo dessa compreensão seria correto afirmar que todo trabalho é produtivo, porém, essa seria uma visão limitada ao trabalho produtivo em geral, à produção de valores de uso, e esse trabalho é comum a todas as formas de organização social. Esta análise, porém, se atenta ao que determina um trabalho produtivo ou improdutivo de capital, com base na situação atual historicamente dada, o processo de produção capitalista.

Partindo da lógica da produção de capital, trabalho produtivo é todo aquele que tem como fim o aumento e a valorização do valor, ou seja, a produtividade para o capital é determinada pela obtenção de mais-valor e não pela utilidade de um produto. Para um trabalho ser definido como produtivo, é preciso que esse trabalho atenda com excelência o único objetivo do capital, de gerar mais-valia (Tavares, 2021).

Voltando ao trabalho dos/as docentes, ocorre que em sua imensa maioria são trabalhadores/as assalariados/as e, nessa relação, eles não são donos dos meios de produção. Sendo assim, para a sua sobrevivência vendem a sua mercadoria força de trabalho e/ou a trocam por salário. Apesar disso, nem todos realizam a produção de capital.

Isso porque é fundamental identificar a relação de produção estabelecida no trabalho, se ela visa produzir mais-valia para o capitalista ou não, pois é desse modo que o trabalho passa a ser produtivo de capital, seja o dos/as professores/as, dos/as assistentes sociais, dos/as agricultores/as, etc. Para não deixar dúvidas, salienta-se a condição específica do trabalho dos/as docentes em relação ao trabalho produtivo de capital:

[...] nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado. Isso quer dizer que existem trabalhadores assalariados, incluindo aqui professores, que estabelecem e outros que não estabelecem a relação de produção especificamente capitalista, ou seja, que são ou não produtivos. Além

disso, também existem professores que exercem sua atividade sem ser assalariados e, neste caso, não são produtivos. Apesar de desempenharem o mesmo trabalho concreto, quer dizer, de executarem o mesmo processo de trabalho, os trabalhadores docentes apontados anteriormente participam de relações sociais de produção diferentes (Tumolo & Fontana, 2008, p. 167).

Ademais, as mudanças que ocorrem no modo de produção de capitalista e incidem sobre o trabalho de forma alguma tem por objetivo alterações somente para um tipo específico de força de trabalho, como por exemplo, o dos/as docentes. As mudanças operadas nessa sociedade incidem sobre a mercadoria força de trabalho, independente das suas características específicas, de seus trabalhos concretos, já que a definição está na relação social estabelecida.

Se pensarmos no trabalho docente na atualidade, temos distintas relações de trabalho estabelecidas: os que trabalham para empresas que tem o objetivo de produzir capital, são trabalhadores produtivos de capital; já os que trabalham para o Estado, que não tem o intuito de produzir capital, não são trabalhadores produtivos de capital, embora ambos realizem os mesmos processos de trabalho, os mesmos trabalhos concretos. Há ainda outras formas de trabalho: professores/as particulares e também aqueles/as que educam seus próprios filhos, que também não são produtivos de capital (Tumolo & Fontana, 2008). Reitera-se que não se trata aqui do valor social desse trabalho, mas sim da categoria trabalho produtivo de capital, que se constitui a partir da relação de trabalho que é estabelecida.

Com base nos fundamentos teóricos explicitados é demonstrada, portanto, a insuficiência em abordar o uso das TIC de forma restrita ao cotidiano do trabalho docente ou de qualquer outro/a trabalhador/a, focando apenas em seus processos de trabalho. O desafio aqui proposto é ir além, a fim de determinar sua condição especificamente na relação de produção capitalista. O processo de compreensão é amplo e complexo, pois necessita abstrações para desvelar os interesses do capital e a forma como contribuem para a sua produção e reprodução. A tarefa do próximo item é apresentar elementos indispensáveis para entender o desenvolvimento das forças produtivas e das TIC sob a determinação do capital, a fim de desvelar seus rebatimentos sobre o trabalho docente.

4. TIC E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOB O CAPITAL

Conforme apresentado, o trabalho produtivo de capital diz respeito à produção de mais-valor, sendo assim, neste estudo a análise não tem como foco o trabalho docente inserido no âmbito do Estado, já que ele não se caracteriza como trabalho produtivo de capital. Realizar a análise da relação desse trabalho com as TIC, exigiria outro estudo. Dessa forma, o foco é o trabalho docente desenvolvido na rede privada, em empresas capitalistas, pois é nesta relação social estabelecida que ele produz mais-valia.

O que se verifica é um processo crescente de privatização direta da educação, aqui entendida como a conversão da educação em uma mercadoria que passa a ofertada pelo setor privado e que é adquirida no mercado pela população. Uma análise conjuntural da realidade brasileira revela esses dados com clareza, especialmente no ensino superior. De acordo com as Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025a), 87,6% das Instituições de Ensino Superior são privadas e 88,5% dos ingressos na graduação se deram no setor privado.

Os dados do Censo exprimem com clareza a celeridade desse processo, pois, “No período compreendido entre 2014 e 2024, a rede privada cresceu 73,1%, enquanto a rede pública apresentou crescimento de 4,9% no mesmo período” (INEP, 2025a, p. 16).

A fim de estabelecer um vínculo com as TIC, verificamos sua funcionalidade na aceleração do processo de privatização, pois essa modalidade aumentou significativamente nos últimos anos e já “[...] já representa uma participação de 50,7% do total de matrículas de graduação” (INEP, 2025a, p. 22) no Brasil. Outro resultado desse processo é o deslocamento da formação presencial para essa modalidade, com todas as suas consequências previsíveis para formação humana. “Entre 2014 e 2024, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 286,7%, enquanto na modalidade presencial não houve crescimento, e sim queda de 22,3% nesse mesmo período” (INEP, 2025a, p. 22).

Poderia se supor, por conseguinte, que o maior número de professores brasileiros estivesse vinculado às instituições privadas, já que as matrículas e instituições superam em larga escala os números do setor público. O que se verifica, todavia, é justamente o inverso, pois o crescente número de instituições privadas não acompanhou o número de docentes. O número de docentes que estabelecem uma relação de trabalho nas instituições privadas é menor do que os vinculados ao setor público, o que fica visível na Tabela 1.

Tabela 1. Número de funções docentes na Educação Superior, por categoria administrativa – Brasil – 2014-2024

Ano	Total	Docentes em Exercício	
		Pública	Privada
2014	383.386	163.113	220.273
2015	388.004	165.722	222.282
2016	384.094	169.544	214.550
2017	380.673	171.231	209.442
2018	384.474	173.868	210.606
2019	386.073	176.403	209.670
2020	366.289	171.330	194.959
2021	358.825	175.970	182.855
2022	362.116	176.864	185.252
2023	368.290	181.657	186.633
2024	374.501	187.336	187.165

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep baseada em microdados do Censo da Educação Superior 2024.

Fonte: (INEP, 2025a, p. 29)

A lógica perversa do capital, os interesses envolvidos e suas consequências para a força de trabalho docente são evidenciados de modo cristalino na Tabela 1, pois enquanto o número de instituições privadas e suas matrículas corresponde a quase 90% no país, o número de docentes é menor do que o presente nas instituições públicas. Ao observar outro dado da Tabela 1, de 2014 a 2024, quando houve um crescimento significativo no setor, é possível identificar que o número de docentes caiu de cerca de 220 mil para 187 mil no setor privado, enquanto no setor público aumentou a contratação.

Os dados são alarmantes do Ensino Superior, mas a Educação Básica já começa a sentir os mesmos efeitos, embora em ritmo mais lento. O Censo da Educação Básica 2024 (INEP, 2025b) revelou que no Brasil, em 2024, havia 179.286 escolas de educação básica, representando a rede privada um total de 23,7%, enquanto que a rede pública municipal responde por 59,6% do total. O Censo indica que houve um recuo de 0,8% nas matrículas da rede pública, contra um avanço de 9,4 para 9,5 milhões na rede privada

Em relação ao ensino médio, cerca de 7,79 milhões de alunos estavam matriculados em 2024, sendo que 1,03 milhões na rede privada. No panorama das escolas e tecnologia, o Censo (INEP, 2025b) apontou que 99,1% de escolas da rede privada tem acesso à internet e um total de 75,7% a utiliza para o ensino-aprendizagem.

Em pesquisa realizada pelo CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2023) revelou que 81% das escolas dos ensinos fundamental e médio utilizaram ambiente ou plataforma virtual de aprendizagem, sendo 73% escolas da rede privada. Isso demonstra a inserção da tecnologia na educação, bem como um mercado em vasta ampliação.

Sintonizado com esse movimento verifica-se um processo dinâmico no âmbito empresarial. Ocorre assim a expansão e diversificação dos grandes conglomerados privados também na Educação Básica, envolvendo aquisição de escolas, sistemas de ensino e plataforma de trabalho (Leher, 2023). Um dado a salientar é que muitos desses grupos já estavam alocados no setor de produção de material didático, mas apresentam a tendência de se especializar em plataformas e sistemas de ensino. Eles estão em um acelerado processo de aquisições, mirando o sistema público de ensino.

O Sistema Educacional Brasileiro (SEB Educação) logrou igualmente uma substantiva parte do mercado de educação básica privada com diversas marcas, abrangendo mais de 400 escolas em mais de trinta países: Visão, A a Z, Geo, Pueri Domus, Esfera, CECAN, Concept, Maple Bear, em geral para o segmento premium, bilíngues, mas também com segmentos populares (Luminova) somando cerca de 130 mil estudantes (Leher, 2023, p. 46).

Como se constata, não é um movimento exclusivo do Brasil, mas uma tendência internacional que atende à lógica do capital mundializado. Os grandes grupos se articulam, inserem-se nos espaços decisórios do poder público e assim estabelecem condições propícias para satisfação de seus interesses. O Todos Pela Educação (TPE) é um exemplo dessa

capilaridade do setor privado, pois vem defendendo reformas educacionais que “[...] se articulam aos propósitos do *Programa para a Reforma Educacional na América Latina e Caribe* (PREAL), criado em 1996 e adotado pelo Ministério da Educação brasileiro em 2002. Importante destacar que ele é financiado pelo Banco Interamericano (BID) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)” (Souza, Favaro & Semizez, 2024, p. 14-15). A orientação educacional segue a lógica da racionalidade científica, do pragmatismo utilitarista e de uma avaliação focada em resultados quantitativos.

Desse modo, fragiliza-se a oferta da educação pública, criando nichos educacionais e prejudicando a socialização da educação, alimentando ainda uma cultura de responsabilização dos/as professores/as que levam à defesa da suposta eficiência da substituição tecnológica.

Acerca dos efeitos colaterais da política de criação de sistemas de avaliação, bonificação com base no desempenho e na responsabilização, podemos apontar a exclusão de alunos com baixo rendimento nas avaliações, planejamento de ensino especificamente para a realização dos testes e o ranqueamento das escolas, redes e estados, fatores que causam a procura por escolas com melhores rendimentos (Silva & Silva, 2025, p. 15).

Em meio a essa dinâmica, o mercado das *edutechs* na atualidade se constitui em um nicho de significativa lucratividade. Saura *et al* (2024) destaca que se espera que, na década de 2020, o mercado global de tecnologia educacional atinja o valor de US\$ 10 trilhões de dólares. Na América Latina e Caribe, também na década de 2020, há uma previsão de aumento nessa área em US\$ 150 bilhões de dólares. Está em curso uma política de educação global por meio da expansão das plataformas digitais, fundos de investimentos e investidores e capital de risco.

Questões importantes se colocam nessa condição: com quais intencionalidades as TIC têm se inserido no ambiente da aprendizagem? O objetivo é propiciar o acesso da população à tecnologia ou é a produção de capital? O uso das TIC implica na produção de capital? Em relação ao trabalho docente, quais são as projeções?

O processo de inserção das TIC no âmbito da educação revela na aparência um contingente de crianças, adolescentes e jovens brasileiros/as acessando a educação, vivenciando os resultados do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Entretanto, Gonçalves (2022) revela que, após a pandemia, as empresas *edtechs* registraram recordes de investimentos, lucros e de usuários dos seus produtos e serviços. Ela denuncia que ganha força o discurso sobre a desatualização da escola e democratização como tônica para o avanço da tecnologia, entretanto, não se publiciza o lucro, a aceleração dos negócios e o interesse privado nesse contexto.

O que não fica evidente é a relação estabelecida nessa sociedade, que não objetiva satisfazer necessidades humanas, mas sim reproduzir e ampliar os lucros. Como já destaca-

do, esse processo precisa ser desvelado em suas raízes, a partir da lógica capitalista que o determina. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho (advindo, por exemplo, da produção da ciência e tecnologias), sem dúvida, resulta em avanços na forma de viver em sociedade. Ademais, como Mendonça (2024) explica, o desenvolvimento das forças produtivas está relacionado à transmissão de conhecimentos produzidos na sociedade.

Entretanto, contraditoriamente, na sociedade capitalista é preciso considerar que ele é atravessado por suas determinações e por uma de suas características, a propriedade privada.

Há de se considerar que a organização social capitalista é assentada na propriedade privada dos meios de produção e que a produção da existência humana se constitui a partir de uma relação de exploração do homem pelo próprio homem. Quando falamos em propriedade privada dos meios de produção, inferimos imediatamente a existência de uma organização social dividida em classes, em que de um lado estão os que ‘privam’, e de outro os que ‘são privados’ dos meios de produção (Mendonça, 2024, p. 55).

Na sociedade capitalista, o objetivo-fim não está na melhoria das condições de sobrevivência, mas sim na produção de capital. Esse processo tem a mercadoria força de trabalho como sua base, conforme já demonstrado. Nessa sociabilidade, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, das TIC, é capturado como uma forma de assegurar a produção e reprodução de capital.

Em específico neste estudo, que problematiza o trabalho docente na relação social capitalista, a questão é demonstrar como a incorporação das TIC nesse trabalho objetiva a produção de mais-valor. Desconsiderar esse processo permite apenas limitar-se à aparência dos fenômenos.

O fato é que a produção de capital está relacionada à exploração da força de trabalho, indispensável para a produção de capital, e que isso se dá a partir de sua própria característica de ser “incontrolável” e de sua lógica da concorrência. O desenvolvimento das forças produtivas (entre elas a tecnologia) é essencial para a (re)produção do capital, pois, na lógica da concorrência, ou o capitalista as amplia ou ele próprio é eliminado pelo seu oponente. Esse processo impulsiona o incessante avanço das forças produtivas.

Com a finalidade de produzir valor, mais-valor e capital, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho se expande constantemente. O capitalista que conseguir reduzir o valor da mercadoria que produz, dará saltos significativos na luta de vida ou morte da concorrência capitalista (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021, p. 123).

O uso das TIC como expressão do desenvolvimento das forças produtivas, sob o capital, tem por finalidade produzir mais em menor tempo e, com isso, possibilitar a redução do valor da mercadoria. Essa é uma estratégia de sobrevivência perante a concorrência.

A alteração em um ou mais fatores que compõem as forças produtivas do trabalho repercute, necessariamente, na alteração do tempo socialmente necessário à produ-

ção de determinada mercadoria, o que significa a diminuição ou o aumento do valor desta mercadoria. Assim, é possível proporcionar, por meio do aprimoramento científico e da implementação de inovações tecnológicas que incidam sobre o processo de trabalho, a produção de uma quantidade maior de mercadorias com o mesmo tempo ou, ainda, com tempo menor, o que resulta em uma diminuição do valor (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021, p. 124).

Esse processo poderia possibilitar à humanidade a sua emancipação, liberando-a de parte do tempo de trabalho necessário à produção de suas necessidades. Como ele é atravessado pela propriedade privada e pela relação de produção capitalista, embora a tecnologia possibilite avanços no âmbito da vida cotidiana, contraditoriamente, também coloque a humanidade em uma situação de dispensa e eliminação.

Outro fator primordial para a classe capitalista é aumentar a produção do mais-valor, o que pode se dar de duas formas: estendendo a jornada de trabalho ou intensificando o seu ritmo; ou reduzindo o valor da força de trabalho. Trata-se da produção da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, que estão intrinsecamente articuladas.

A mais-valia produzida pelo aumento absoluto da duração ou da intensidade da jornada de trabalho chama-se mais-valia absoluta. Por sua vez, o aumento na mais-valia que resulta da redução da fração da jornada de trabalho em que o trabalhador produz o valor da sua força de trabalho (mantendo-se constante a duração e intensidade absolutas da jornada), chama-se mais-valia relativa (Lima *et al*, 2014, p. 181).

Se considerarmos a relação entre o incremento tecnológico e a produção do mais-valor, verificamos que a incorporação das TIC no processo produtivo acaba por contribuir para baixar o valor da força de trabalho, pois baixa o valor dos seus meios de subsistência, na medida em que a redução do valor afeta a cadeia produtiva de alimentos, moradia, estudos, etc. Ela favorece, portanto, a produção do mais-valor ou da mais-valia relativa. “Assim, a elevação da produtividade geral – sobretudo em setores que produzem artigos que serão consumidos pela classe trabalhadora – implica a redução do valor da força de trabalho, contribuindo para a produção de mais-valia” (Lima *et al.*, 2024, p. 182).

Voltando ao trabalho docente, é ilustrativo o exemplo da educação à distância ofertada pelos conglomerados capitalistas³. Um primeiro elemento a destacar é que a internet possibilita ampliar a venda de diplomas e certificados escolares em escala ampliada, permitindo que um/a único/a professor/a atenda a inúmeros estudantes, com auxílio de tutores mesmo especializados, o que também reduz o valor de sua força de trabalho.

Além disso, quando nessa modalidade se estabelece uma relação de produção capitalista, o trabalho docente empregado (que se iguala nos processos de trabalho ao de outros/as docentes), se constitui em trabalho produtivo de capital, pois produz a mais-valia. É

³ Leher (2023, p. 37) identifica que o Brasil, em especial após 2016, intensificou o “[...] fornecimento da educação por meio de organizações juridicamente com fins lucrativos e que, por conseguinte, abandonaram o manto da filantropia [...]”. Ele explica ainda que o processo é “[...] caracterizado pela diversificação de nichos de mercado – cursos a distância e digitais, educação básica – sistemas e plataformas – e por acentuada mudança na composição orgânica do capital” (Leher, 2023, p. 44).

possível afirmar que, nessa relação produtiva de capital, as TIC expandem a eliminação de postos de trabalho. Isso ocorre porque:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, sob esta forma social, tende a potencializar sobremaneira o avanço de novas tecnologias inseridas na implementação de capital constante. Na atualidade, esse fenômeno pode ser verificado, por exemplo, no incessante aprimoramento tecnológico de hardwares, de softwares e das demais tecnologias necessárias para o trabalho de forma virtual; trabalho este que tem se ampliado, dentre outros setores, na atual modalidade de Educação à Distância. Ao mesmo tempo, com esse vultoso investimento em capital constante, tem-se a possibilidade da dispensa em massa de uma gigantesca quantidade de trabalhadores (Tumolo; Oliveira & Bueno, 2021, p. 125).

O próprio Censo da Educação Superior de 2024 (INEP, 2025a) revelou o aumento exponencial de matrículas na rede privada, que foi acompanhado da diminuição expressiva de contratação de docentes pelos conglomerados capitalistas, conforme visualizado na Tabela 1. Nesse sentido, intensifica-se a exploração do trabalho docente, que é subsumido à lógica do capital, demarcando a proletarização do trabalho docente.

Em acordo com Tumolo e Fontana (2008, p. 170), concebe-se que “[...] o proletariado não pode ser apreendido a partir das características concernentes ao processo de trabalho, mas sim com base na relação social de produção”. Em outras palavras, a proletarização implica que o trabalho docente seja realizado no interior de uma relação produtiva de capital, que ele produza uma mercadoria, valor e mais-valor. Justamente por isso, ele pertence à classe proletária e não se diferencia dos demais proletários, já que constitui uma relação especificamente capitalista.

Ora, o capital é regido um movimento insaciável e incontrolável, então precisa continuamente se expandir, motivo pelo qual ocorre o avanço da privatização em setores antes alocados na esfera pública, do Estado. Como tendência, verificam-se dois movimentos: a conversão da educação em mercadoria, demarcando a mercantilização do ensino; bem como o consequente aumento relativo da proletarização docente.

A questão que se destaca no âmbito deste estudo, portanto, não está relacionada à forma com que as tecnologias afetam o desenvolvimento do trabalho docente, mas às funcionalidades que as TIC adquirem no desenvolvimento e produção de capital. O objetivo de sua incorporação é a produção de capital e a sobrevivência perante a concorrência, o que se dá em detrimento da melhoria das condições dos trabalhadores/as, sendo que o/a docente trabalhador também se insere nessa lógica. Cabe ainda ressaltar que não se trata de um movimento de escolha individual, mas da própria lógica de funcionamento imposta por esta sociedade, que é insaciável e incontrolável.

O emprego das TIC's, portanto, não tem como objetivo a melhoria da educação, nem tampouco das condições de trabalho e de vida dos/as docentes; o que objetiva é assegurar a (re)produção incessante de capital. Nesse sentido, um elemento importante apontado por

Lima *et al* (2014, p. 185), é que não há neutralidade na produção de ciência e tecnologia, pois suas inovações são direcionadas pela ganância do capital, “[...] portanto, a tecnologia não é jamais completamente autônoma de fatores externos (sobretudo dos interesses dos capitalistas)”.

Considerar esse movimento é essencial, inclusive para compreendermos que não são as TIC a questão central a ser enfrentada no âmbito do trabalho, pois trata-se de um processo mais complexo, que diz respeito à própria forma de ser da sociabilidade pautada no capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as TIC e o trabalho docente tem sido objeto de pesquisa de vários estudos, sobretudo após a pandemia da Covid-19, que gerou o aprofundamento de sua inserção na educação, sob distintas formas. Este estudo não tem por finalidade defender o uso ou não das TIC no âmbito do trabalho, ao contrário, consideramos que a tecnologia pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento humano, no entanto, quando considerado esse processo sob a determinação capitalista, elementos se fazem presentes e necessitam ser desvelados.

Vários estudos vêm exercendo um papel fundamental de análises em relação ao uso das TIC no contexto profissional docente, ora tratando-as como avanços no cotidiano de trabalho, ora também denunciando o aprofundamento da precarização com a sua utilização. O fato é que as novas tecnologias, sob a determinação capitalista, contribuem para reduzir o valor da mercadoria educação, além de tornar dispensáveis determinados tipos de trabalhos e categorias profissionais. A expansão descontrolada da EAD é um retrato visível desse cenário.

Sob a determinação capitalista, é importante compreender que o trabalho não se restringe à produção da existência e das necessidades humanas, mas objetiva produzir mais-valor e capital, o que se dá por intermédio da exploração da mercadoria força de trabalho. Sendo assim, em relação ao desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia, elas também poderiam ser revertidas em avanços na sociedade, mas, quando o objetivo é a obtenção de lucros em detrimento do desenvolvimento humano, passam a ser convertidas em mais um mecanismo de exploração da força de trabalho, para garantia da reprodução capitalista.

Este estudo revela ainda que as modificações recentes atreladas ao desenvolvimento das forças produtivas e tecnologias não estão relacionadas a um tipo específico de trabalho, por exemplo dos/as docentes, mas se referem à dinâmica dessa sociedade, que altera a sua organização em busca de lucros. Sendo assim, o desenvolvimento das forças produtivas

e tecnologias é uma forma para consolidação desse processo. Consequentemente, isso tem implicado na dispensa da mercadoria força de trabalho, na privatização e na proletarização docente.

É necessário um alerta, pois a superação é independente da vontade de uma categoria profissional. O desenvolvimento das forças produtivas nessa sociabilidade é captado para favorecer a produção de capital, que consiste em uma relação social incontrolável, portanto, a questão da exploração não se localiza no uso ou não das TIC, mas na própria relação social capitalista, e a única forma de alteração é superando-a.

Este estudo se coloca na perspectiva de um início de diálogo acerca do tema. Foi possível demonstrar que o trabalho docente, quando estabelecido no interior de uma relação especificamente capitalista, é produtivo de capital e, portanto, a inserção das TIC tem a função de potencializar esse processo, ampliando a mais-valia. O/a professor/a, ao desenvolver uma relação de produção especificamente capitalista, insere-se na classe social do proletariado, por isso, compõe com essa classe a resistência ao capital.

Outras discussões importantes se fazem necessárias: se isso explica o uso das TIC no trabalho realizado nos conglomerados capitalistas, como podemos entender o seu uso no âmbito do trabalho docente que é realizado no Estado, que, como vimos, não tem o objetivo de produzir capital? Sendo assim, por que ocorre a intensa plataformização da educação nos estados, como é o caso do Paraná? Além de possibilitar a captação de recursos públicos, há outros determinantes que necessitam ser desvelados para elucidar esse processo, o que escapa aos limites desse trabalho. Fica o convite ao debate e para novos e indispensáveis estudos.

À guisa de conclusão, chamamos a atenção para o fato de que, ao negar esses fundamentos que determinam a relação social do capital, corremos o risco de analisar os fenômenos em sua superficialidade, consequentemente, as ferramentas criadas para o seu enfrentamento se restringem, inviabilizando a sua necessária e urgente superação.

REFERÊNCIAS

- Bacarin, L. (2025, 25 de junho). *Artigo: Assédio e padecimento de professores no Paraná*. 68 na Luta. Disponível em: <https://68naluta.blog/2025/06/25/artigo-assedio-padecimento-professores-parana/>
- Barbosa, R. P., & Alves, N. (2004). A Reforma do Ensino Médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *E-Curriculum*, 21, 1–26. <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/issue/view/2796>
- Barreto, R. G. (2004). Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. *Educação & Sociedade*, 25 (89), 1181–1201. <https://www.scielo.br/j/es/>

[a/6HmDSHGqC5VC3RSNtYWZmWS/](#)

- Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2024). *TIC EDUCAÇÃO 2023: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. CGI.br. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241119194257/tic_educacao_2023_livro_completo.pdf
- Gonçalves, L. L. (2022). O avanço de empresas Edtechs na educação básica: análise da cobertura noticiosa feita pelos jornais paulistas nos anos de 2018 a 2021. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, 11 (2).
- INEP. (2025a). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2024. Notas Estatísticas*. Brasília, DF: INEP/MEC.
- INEP. (2025b). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas*. Brasília, DF: INEP/MEC.
- Leher, R. (2023). Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. *Paradigma*, 44 (5), 34–60. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>
- Leite, W. S. S., & Ribeiro, C. A. N. (2012). A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*, 5(10), 173–187. <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896010.pdf>
- Lima Junior, P., Deconto, D. C. S., Andrella Neto, R., Cavalcanti, C. J. de H., & Ostermann, F. (2014). Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Ciência & Educação*, 20 (1), 175–194. <https://doi.org/10.1590/1516-731320140010011>.
- Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10 (esp.), 37–45.
- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política: Livro I* (R. Enderle, Trad.; 2ª ed.). Boitempo.
- Mendonça, C. S. (2024). *Empreendedorismo na educação: uma análise à luz da determinação do capital* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Paraná].
- Pereira, A. C. F. (2023). *Trabalho docente e seu valor na Educação Infantil: uma abordagem histórico-econômica no âmbito do capital* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Paraná].
- Saes, P. S. (2023). *Análise crítica da categoria trabalho nas produções do serviço social brasileiro sobre condições de trabalho (2010-2020)* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Saura, G., Arguelho, M., Valim de Lima, P., & de Oliveira Pires, D. (2024). Financeirização EdTech. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*—Periódico científico

- Editado Pela ANPAE, 40 (1), e140210. <https://doi.org/10.21573/vol40n12024.140210>
- Silva, J. N. da, & Silva, J. M. N. da. (2025). As políticas de accountability no Brasil: avaliação, prestação de contas e responsabilização na educação. *Paradigma*, 46 (2), e2025007. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025007.id1689>
- Souza, M. E. R., Favaro, N. de A. L. G., & Semzezem, P. (2024). Movimento Todos Pela Educação e o empresariamento do Novo Ensino Médio no Brasil. *Paradigma*, 45 (2), e2024012. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024012.id1366>
- Tavares, M. A. (2021). *Informalidade e precarização do trabalho: A nova trama da produção capitalista* (1ª ed.). Cortez Editora.
- Tumolo, P. S., & Fontana, K. B. (2008). Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. *Trabalho Necessário*, 6 (6), 159–180.
- Tumolo, P. S., Oliveira, A. R., & Bueno, J. Z. (2021). Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 13 (1), 119–137.

Apéndice - Información sobre el artículo

Historico editorial

Submetido: 25 de Enero de 2026.

Aprobado: 19 de Junio de 2026.

Publicado: 06 de Julio de 2026.

Como Citar — APA

Semzezem, P., & Favaro, N. de A. L. G. (2026). TIC, privatização da educação e proletarização do trabalho docente. *PARADIGMA*, XLVII(2), e2026015. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2026.e2026015.id1813>.

Como Citar — ABNT

SEMZEZEM, Priscila; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. TIC, privatização da educação e proletarização do trabalho docente. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLVII, n. 2, e2026015, Jul./Dic., 2026. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2026.e2026015.id1813>.

Conflicto de intereses

Nada que declarar.

Declaración de disponibilidad de datos

Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.

Derechos autorales

Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista **Paradigma** los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista **Paradigma** tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.

Acceso libre

Este artículo es de acceso abierto (**Open Access**) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (**Article Processing Charges - APCs**). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.



Licencia de uso

Este artículo es licenciado con **Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**. Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.



Comprobación de similitud

Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto **iThenticate** de Turnitin, a través del servicio de **Similarity Check** de la Crossref.



Proceso de evaluación

Revisión por pares a doble ciego (**Double blind peer review**).

Editor en Jefe

Fredy E. González

Editores Asociados

Luis Andrés Castillo  
Ivonne C. Sánchez S.  

Publisher

Este artículo ha sido publicado en la revista **Paradigma** vinculada al Centro de Investigaciones Educativas Paradigma (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la **Universidad Pedagógica Experimental Libertador** (Núcleo Maracay). La revista **Paradigma** publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista Paradigma obtuvo la calificación **Qualis A1** en la **Evaluación CAPES (2021-2024)**.

